

AECOPS – 132 ANOS DE ASSOCIATIVISMO DA CONSTRUÇÃO

A AECOPS é hoje uma realidade incontornável no panorama do associativismo empresarial português, o que se deve ao facto de ser herdeira de uma longa tradição neste domínio e de evidenciar um dinamismo absolutamente invulgar a vários níveis.

Uma longa tradição

A história da Associação é bem antiga, pois encontra as suas raízes nos primórdios do século XIV. A AECOPS poderia celebrar este ano o seu 639º aniversário.

Na verdade, foi em 1383 que foi constituída em Lisboa a Casa dos Vinte e Quatro, formada por corporações de ofícios que representavam profissões do mesmo ramo. Entre elas distinguiu-se a Irmandade do Patriarca S. José, cuja organização e acção fiscalizadora na arte da construção serviu de exemplo durante vários séculos.

Com o decorrer dos tempos e por sucessivas Cartas Régias de Confirmação de Privilégios, de entre as quais se salientam as de 9 de Abril de 1434, 18 de Agosto de 1490, 2 de Março de 1596, 22 de Maio de 1665 e 3 de Outubro de 1757, a organização da Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa foi evoluindo, do mesmo modo que a sua influência na gestão da cidade e as suas atribuições no domínio da organização dos mesteres e da formação dos aprendizes também se ampliavam.

Em 1709 os juízes do Tribunal da Casa dos Vinte e Quatro conseguiram, nomeadamente, a aprovação de um Regulamento dos Serviços de cada ofício da Construção cuja actualidade no que respeita às obrigações dos construtores no desempenho da respectiva actividade continua espantosamente actual nos dias de hoje.

E é assim que os registos apontam a existência em Lisboa, no ano de 1788, entre mestres, oficiais e aprendizes, de 1.352 pedreiros e canteiros, 1.004 carpinteiros de casa e 40 ladrilhadores.

O interregno liberal

Com o advento do liberalismo, a estrutura corporativa sofreu sérios revezes, tendo sido preocupação dominante a redução do poder económico e político

das organizações de classe. Assim e apesar da publicação em 1822 de uma lei que assegurava a sua continuidade, o certo é que por Decreto de 7 de Maio de 1834 foram abolidas todas as antigas corporações de mesteres.

Só em 16 de Junho de 1890 a Construção voltaria a ter uma associação representativa, com a constituição formal em Lisboa da Associação de Classe dos Construtores Civis, Mestres de Obras – a primeira associação de classe de empresários da construção que se constituiu no nosso país e que, desde o seu início, sempre defendeu de forma notável a adopção de medidas legais no sentido da disciplina desta actividade. Herdeira deste organismo, a AECOPS poderia celebrar este ano o seu 132º aniversário.

Os anos 50 - A criação do Grémio

Foi em 21 de Abril de 1950 que um despacho do Subsecretário das Corporações instituiu uma Comissão Directiva incumbida de organizar e instalar o Grémio Regional dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Sul. Pouco mais de uma semana depois, a 3 de Maio, um alvará criava o GRICCOPS, atribuindo-lhe competência para representar todos os que exerciam a actividade da construção civil e obras públicas nos distritos de Lisboa, Santarém, Leiria, Castelo Branco, Setúbal, Évora, Beja, Portalegre e Faro.

O primeiro passo da instituição foi o de cativar todos os industriais do Sector para o associativismo, tarefa que se revelou insuspeitadamente difícil. Eram outros os tempos, outras as mentalidades e a boa-vontade dos fundadores não logrou atrair sócios para o GRICCOPS em número suficientemente representativo. Não quis, porém, a Comissão Directiva usar do atributo que lhe estava legalmente atribuído de impor a inscrição dos industriais do Sector, antes preferindo que as adesões surgissem em função da razão do que da força.

Até 1955, o período serviu para reflexão por parte dos industriais e dos responsáveis governativos. Com efeito, a Comissão Directiva entendeu que só a obtenção prévia de regulamentação da Indústria criaria um clima adequado para a implantação do Grémio. Neste sentido, foi apresentada ao Governo uma proposta nos termos da qual apenas as empresas devidamente organizadas podiam concorrer a obras públicas, medida considerada decisiva para o afastamento de empreiteiros sem preparação nem idoneidade profissional.

Em consequência desta proposta foi publicado, em Maio de 1956, um diploma legislativo que, no essencial, deu razão ao Grémio. O espírito do associativismo começou a instalar-se no seio da classe e, dos 100 sócios em meados de 1955, passaram-se para os 852 no fim de 1957. O GRICCOPS

pôde instalar-se em sede adequada, sita na Praça Luís de Camões, 36, 3º Esquerdo, em Lisboa e os serviços organizaram-se e dotaram-se do equipamento necessário à sua actividade.

O período de reflexão dava agora lugar a um período de intensa labuta, com a reformulação dos Estatutos primitivos, com a criação de um Gabinete Técnico e com o levantamento exaustivo dos problemas que afligiam os industriais. Em Novembro de 1958 considerou-se como findo o período de instalação do Grémio, alcançados que estavam os primeiros objectivos pretendidos aquando da sua fundação. Neste sentido, em 23 de Abril de 1959 entrou na normalidade administrativa, com a tomada de posse dos primeiros Corpos Gerentes eleitos e a mudança para as instalações na Rua António Enes, nº 9 – 5º, em Lisboa.

Os anos 60 - A normalidade administrativa

A primeira Direcção eleita desempenhou as suas funções no triénio de 1959 a 1961.

A instituição foi melhorando, ao longo da década, a sua capacidade de apoio aos agremiados e conquistando mais adesões. A concorrência desregrada e o aventureirismo dos improvisadores foram combatidos pelos dirigentes do Grémio, nomeadamente através da apresentação de propostas às entidades governativas.

Assim, por exemplo, o Grémio participou activamente na elaboração de legislação que se propunha forçar os industriais a melhorarem os parques de equipamento, a constituírem quadros de técnicos fixos e capazes e a desenvolverem a sua actividade de forma profissional e moderna. Todos estes esforços de âmbito legislativo foram iniciados logo em 1961, mas só seriam coroados de êxito em 1970, com a regulamentação da actividade da Indústria de Construção nas obras particulares. Do mesmo modo, embora o trabalho se tenha iniciado logo em 1961, o diploma que instituiu o regime jurídico das empreitadas de obras públicas só veria a luz do dia no final da década. O mesmo se diga quanto à legislação sobre a revisão de preços das empreitadas de obras públicas, assunto a que o Grémio começou a dar particular atenção em 1965 e que o Governo só em 1975 contemplaria, validando, aliás, muitos dos pontos de vista defendidos pelo GRICCOPS.

Os anos 70 - A transformação do Grémio na AECOPS

A vida associativa no triénio de 1971 a 1973 foi caracterizada pelo extraordinário aumento do número de agremiados, que passou para mais do dobro neste período (1.534 novos sócios só em 1971), a que não foi estranha a

entrada em vigor da regulamentação do exercício da actividade no Sector, atrás referida.

A tomada de posse dos Corpos Gerentes para o triénio de 1974 a 1976 teve lugar em 22 de Abril de 1974 mas, face aos acontecimentos políticos que entretanto se verificaram no País, em Maio é convocada uma Assembleia Geral que aprovou a constituição de uma comissão com vista ao estudo de um projecto de estatutos de uma associação livre.

O Grémio não ficou, porém, imune à instabilidade que então grassava no País. Não escapou, mesmo, a uma invasão por parte de activistas sindicais que compeliram a Direcção a aceitar, sob pressão física e psicológica, o pagamento do 13º mês. Por outro lado, começaram a surgir divisões no Sector, uma das quais apontando para o desmembramento do Grémio em duas associações, uma para os empreiteiros de obras públicas e outra para os industriais de construção civil.

Perante todos estes condicionalismos a Direcção demitiu-se, tendo sido nomeada uma Comissão Ad Hoc para a substituir. O Sector vivia então uma grave crise económica e a Comissão Ad Hoc acabou por também se demitir em 1975. A Assembleia Geral optou por não proceder à eleição de qualquer corpo directivo para assegurar a gerência do Grémio, tendo sido, porém, nomeada uma Comissão de Gestão, composta por funcionários do GRICCOPS, para a manutenção do funcionamento administrativo da instituição.

Uma outra Assembleia Geral, em Agosto de 1975, reunida em sessão extraordinária, aprovou a criação da AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas do Sul, assim procedendo à transformação legal do Grémio. O depósito dos novos Estatutos foi feito em 21 de Agosto desse ano no Ministério do Trabalho e, em Novembro seguinte, tomaram posse os primeiros Corpos Gerentes da AECOPS.

O regresso à estabilidade foi o objectivo desenvolvido até ao final da década. Foi neste mandato que a AECOPS se filiou na CIP – Confederação da Indústria Portuguesa e na FIEC – Federação da Indústria Europeia da Construção.

Os anos 80 - O grande salto qualitativo

O primeiro mandato da década de 80 ficou marcado por situações adversas na conjuntura económica. Em 1981, por exemplo e relativamente ao ano anterior, as adjudicações de obras públicas diminuíram 8%, o consumo de aço baixou 20%, o de cimento 10%, as licenças para construção decresceram 5,4%. O ritmo de produção anual era de 4 fogos novos por 1.000 habitantes. Neste ano, a AECOPS elaborou cerca de 80 exposições ao Governo e foi recebida 6

vezes pelo ministro da Tutela, a quem deu conta dos problemas do Sector e apresentou sugestões para a recuperação do mesmo. O ano de 1981 marcou também o início da participação activa da Associação no debate das questões que se levantavam ao Sector da Construção com a adesão de Portugal à CEE.

Em 1983, a AECOPS procedeu à abertura da Delegação no distrito de Faro e, em colaboração com as associações congéneres, participou na organização do Encontro Nacional da Indústria da Construção e, ainda, no II Encontro dos Industriais Portugueses, que reuniu no Porto cerca de 10.000 empresários.

O ano de 1984 não diferiu dos anteriores quanto à situação de penúria de construção de infraestruturas e de aquisição de habitação, bem como quanto à continuação de inexistência de apoios públicos ao Sector. A AECOPS efectuou múltiplas reuniões com ministros, deputados, instituições de crédito, etc., para além de terem sido tomadas medidas no sentido de sensibilizar a comunicação social para os problemas do Sector. Neste ano procedeu-se à inauguração da Delegação da AECOPS do distrito de Santarém e iniciou-se a actividade do CENFIC - Centro de Formação para a Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul, organismo resultante de acordo protocolar estabelecido entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a AECOPS e outras associações do Sector.

O extenso rol das dificuldades não esmoreceu, antes se agravou, durante o ano de 1985, as quais foram no essencial as mesmas dos anos anteriores, quer para as obras públicas quer para a construção de habitações.

A luz ao fundo do túnel só começou a vislumbrar-se, embora de forma ténue, no ano de 1986. Este ano representou o encerramento de um ciclo recessivo na economia do País em geral e do Sector da Construção em particular, tendo este registado uma ligeira recuperação.

O clima de expansão económica manteve-se em 1987 e em 1988, o que permitiu ao Sector uma base de evolução minimamente consistente. No entanto, se o investimento nas obras públicas continuou a manifestar uma dinâmica positiva, já no mercado imobiliário continuaram a fazer-se sentir as dificuldades inerentes à redução da concessão de crédito para habitação e à inexistência de condições para o renascimento do mercado de arrendamento. No final do ano o número de empresas associadas era de 3.364. A AECOPS continuou a formular exposições aos poderes públicos chamando a atenção para os constrangimentos ao pleno desenvolvimento do Sector, os quais impediam que a Indústria usufrísse completamente da conjuntura económica favorável do País. O ano foi marcado pela entrada em vigor da nova legislação sobre alvarás e, também, pela criação do Conselho de Mercados e Obras Públicas e Particulares.

Os anos 90 - A década da consolidação

Ao longo da última década do século XX, a AECOPS consolidou a sua posição de principal associação portuguesa do Sector da Construção Civil e Obras Públicas, assumindo-se claramente como um dos pilares do associativismo empresarial nacional e reforçando a sua intervenção e o seu prestígio na cena internacional.

Logo no início da década, a Associação fez um esforço particular na abertura de novas delegações, entendendo ser esta a forma de melhor apoiar as empresas do Sector e de reforçar a sua implantação no País.

Assim, às delegações de Faro e Santarém seguiu-se a abertura das delegações distritais de Setúbal, Évora, Beja e Portalegre e Castelo Branco, em 1991. Esta acção seria acompanhada por uma normalização do funcionamento associativo através da eleição dos corpos sociais das diferentes delegações.

Em paralelo e correspondendo aos insistentes pedidos das empresas, a AECOPS disseminou a sua acção no âmbito da formação profissional por toda a sua área geográfica. A formação profissional, em especial de operários, foi uma das grandes apostas da Associação durante quase todo este período, com resultados globalmente muito positivos. Seria só em 1998 que a AECOPS optaria por restringir a sua acção à formação de quadros.

O ano de 1993 marcou a última grande evolução estatutária da AECOPS até à data. Quase no final do ano, em 17 de Dezembro, a Assembleia Geral aprovou os novos estatutos procedendo, nomeadamente, ao alargamento do respectivo âmbito geográfico, agora extensivo a todo o território nacional, e à adopção de uma nova designação social que passou a ser AECOPS - Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas.

Mas 1993 ficou também assinalado pelo lançamento de duas novas iniciativas da Associação que viriam a ter grande sucesso e a ser reeditadas nos anos seguintes, tornando-se verdadeiros “*ex-libris*” da Construção no nosso país: a realização das primeiras Conferências AECOPS e a edição do Relatório AECOPS da Construção, dedicado ao ano de 1992.

A um outro nível, a Associação disponibilizava nesse ano novos serviços às empresas associadas, nomeadamente no domínio da medição do ruído. E o seu filme “*Projectar e Construir em Segurança*” vencia um concurso europeu promovido pela AISS.

Um outro produto de grande sucesso lançado neste âmbito pela AECOPS já na segunda metade da década foi o “*Manual de Segurança no Estaleiro*”,

disponível tanto em livro como em CD interactivo. As preocupações com a higiene e segurança no trabalho e em especial com a diminuição da sinistralidade laboral na Construção seriam, de resto, omnipresentes na segunda metade desta década.

Depois de quase 40 anos no mesmo local, a AECOPS mudou a sua sede, em Março de 1995, da Rua António Enes, próximo do Saldanha, para um novo edifício, com um total de 11 pisos, sito na Rua Duque de Palmela, junto ao Marquês de Pombal. Tal mudança, que correspondeu a uma necessidade há muito sentida e decorrente do assinalável crescimento registado pelos serviços da Associação, permitiu melhorar significativamente a operacionalidade e a qualidade do atendimento às empresas. Nos últimos tempos, os serviços da AECOPS já se encontravam dispersos por nada menos de nove fracções de prédios situados na Rua António Enes e na Avenida 5 de Outubro.

Já no ano anterior a AECOPS inaugurara também novas instalações da sua Delegação em Faro, passando a ocupar um rés-do-chão com cerca de 300 metros quadrados situado na Rua Serpa Pinto, no centro da cidade, de molde a fazer face ao grande dinamismo patenteado pelos serviços da delegação algarvia.

A passagem para as suas novas instalações em Lisboa permitiu à AECOPS concretizar diversas iniciativas que de há muito estavam programadas, em especial na área da informação. Assim, ainda em 1995, entrou em funcionamento o “*Sistema Integrado AECOPS de Informação*”, passando a Associação a disponibilizar, pela primeira vez em Portugal, informação completa e sistematizada sobre todos os concursos de empreitadas de obras públicas lançados, abertos e adjudicados em Portugal, recolhida de forma sistemática por um serviço especificamente criado para o efeito.

Esta informação sobre concursos públicos era também disponibilizada através do “*Jornal da Construção*”, um semanário especializado neste Sector lançado pela AECOPS em 1995 e que constitui o mais ambicioso projecto editorial na área informativa alguma vez lançado por uma associação empresarial no nosso País. Ainda nesse ano, a AECOPS publicou o Dossier Legislação Construção AECOPS de Regulamentação Técnica, com cerca de 800 páginas contendo todas as principais normas regulamentadoras desta actividade no plano técnico.

A adesão da AECOPS à Internet dar-se-ia logo com o advento deste novo meio de comunicação, tendo a página da Associação na Web sido criada em 1997.

Os desafios do novo milénio

No ano 2000 a AECOPS comemorou 110 anos de antiguidade e 50 anos de actividade contínua, com uma sessão solene realizada no Casino Estoril na qual participaram mais de 700 pessoas, entre convidados, responsáveis governamentais e autárquicos, empresários, dirigentes e colaboradores da Associação. Neste evento, que constituiu um assinalável sucesso, foram homenageados os antigos presidentes desta instituição, as empresas associadas há mais tempo e ainda os seus antigos e actuais colaboradores, representados, respectivamente, pelas pessoas do Dr. José Luís Sapateiro e do Director Geral, Dr. José Tomaz Gomes.

Nesse mesmo ano, a AECOPS organizou em Lisboa a Assembleia Geral dos EIC – European International Contractors, a qual incluiu um workshop especialmente dedicado à América Latina. No ano seguinte, a Associação organizaria também o Congresso Anual da AIE – Association Européenne de l'Installation Électrique.

Ainda em 2002, a rede de Delegações Distritais AECOPS seria completada com a entrada em funcionamento da Delegação do Distrito de Leiria, tendo os respectivos corpos sociais tomado posse ainda nesse ano numa cerimónia que contou com a presença do Secretário de Estado da Habitação, quase duas décadas depois da abertura da Delegação do Distrito de Faro, a qual comemorou em 2003 o seu vigésimo aniversário.

A Certificação de Qualidade passou a constituir neste período outra das preocupações da AECOPS, a qual desenvolveu um modelo de certificação especificamente adequado às empresas do Sector e promoveu, em conjunto com outras entidades relevantes neste domínio, a constituição da CERTICON – Associação para a Qualificação e Certificação na Construção, tendo a sua iniciativa sido igualmente decisiva na criação da CERTIEL – Associação Certificadora de Instalações Eléctricas, que viria alterar profundamente o funcionamento do mercado deste tipo de instalações em Portugal.

No plano associativo, a AECOPS foi, em 1996, associação fundadora da FEPICOP – Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas e foi, em 2009, associação fundadora da CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário.

A crise profunda que o Sector da Construção tem atravessado desde 2009, obrigou a AECOPS a mudar nesse ano para instalações mais adequadas na Praça de Alvalade, nº 6, 6º e 7º pisos e em 2012 para a Rua Carlos Mayer, nº 2, 1º andar. Mas apesar de se viver em crise a AECOPS manteve-se sempre, ao longo dos últimos anos, extremamente activa no plano político, com centenas de estudos, propostas, exposições e intervenções revestindo as mais

variadas formas e naturezas e sobre os assuntos mais díspares - desde que relevantes para a actividade das empresas que representa, tendo acompanhado e criticado com acutilância e profundo conhecimento todas as alterações legislativas introduzidas com impacto no Sector.

Estar atenta às evoluções dos mercados e às condições em que as empresas de Construção exercem a sua actividade, promovendo uma sã e leal concorrência entre todas elas e conseguindo da parte das demais entidades com relevância para o Sector uma actuação correcta e adequada face às empresas que representa, proporcionado-lhes simultaneamente toda a informação relevante e o melhor apoio para a sua actuação no mercado, têm sido e continuarão a ser, deste modo, os principais vectores da actividade da AECOPS.

Neste ano de 2022, a AECOPS celebra o 639º aniversário da criação da Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa e da Irmandade do Patriarca São José, a primeira organização da arte da construção de Portugal, celebra também o 132º aniversário da constituição da Associação de Classe dos Construtores Cíveis, Mestres de Obras, de Lisboa, a primeira associação de classe dos empresários da construção que se organizou no País e celebra também, no dia 21 de Abril, o 72º aniversário da criação do Grémio Regional dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas do Sul, a cuja actividade a AECOPS deu continuidade em 1975.